

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 19.05.2026

Emprego dos jovens

Segundo o inquérito ao emprego mais recente, entre Janeiro e Março de 2026, a taxa de desemprego dos residentes fixou-se em 2,1 por cento, ou seja, menos 0,1 pontos percentuais face ao período anterior, enquanto a taxa de subemprego dos residentes se manteve em 2,1 por cento, o que demonstra que o mercado de emprego de Macau apresenta uma tendência geral de estabilidade. Mas o problema do desemprego estrutural continua a ser acentuado, especialmente no que respeita ao emprego dos jovens, onde se verificam múltiplas contradições profundas. Por exemplo, existem diferenças entre a procura de quadros qualificados multidisciplinares por parte das novas indústrias e as técnicas profissionais dos jovens; os novos postos de trabalho concentram-se nas indústrias pilares que recuperam melhor; o mercado é pequeno e o espaço de promoção dos jovens é limitado; a sua colocação profissional não é apropriada, o que resulta na desvalorização das suas competências; e há discrepância entre as expectativas dos jovens em relação ao emprego e o ambiente real, entre outros.

Este ano marca o início do 15.º Plano Quinquenal do País, e o Governo da RAEM vai elaborar e implementar o seu 3.º Plano Quinquenal. Espera-se que o Governo desempenhe um papel activo na criação de uma trajetória completa para o emprego e o desenvolvimento dos jovens, promovendo a diversificação das opções de carreira através da modernização industrial, ajudando os jovens a conhecerem, atempadamente, as tendências industriais e o rumo profissional que possam seguir, e a aproveitarem as oportunidades históricas decorrentes da construção da Zona de Cooperação em Hengqin e da profunda integração na Grande Baía, criando assim uma plataforma mais ampla para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens.

Neste sentido, apresento as seguintes opiniões:

1. O “15.º Plano Quinquenal” refere claramente a necessidade de “aprofundar a implementação da estratégia de prioridade ao emprego, persistir na conjugação entre o aumento do emprego e a melhoria da qualidade do emprego, aperfeiçoar os mecanismos de promoção do emprego e criar um modelo de desenvolvimento favorável ao emprego”. Sugere-se ao Governo que tome a iniciativa de integrar essa filosofia de favorecer o emprego na concepção geral do “3.º Plano Quinquenal” de Macau e aproveite bem a plataforma de intercâmbio da Grande Baía para incentivar os jovens a agarrarem as oportunidades de desenvolvimento do País, expandindo o seu espaço de desenvolvimento profissional.

2. Espera-se que o Governo incentive, ainda mais, as empresas a criarem mecanismos de sinergia aprofundada com as instituições de ensino locais, permitindo que os jovens, já durante o seu percurso académico, se possam alinhar com a prática nas respectivas indústrias. Mais, há que continuar a criar sistemas de formação ligados às necessidades das indústrias, convertendo os resultados dessa formação em qualificações profissionais

reconhecidas no mercado, reforçando assim o poder negocial dos jovens no mercado de trabalho e aperfeiçoando continuamente o mecanismo de articulação “estágio/aprendizagem – acreditação – emprego”, com vista a aumentar, ainda mais, a taxa de conversão em emprego.

3. O 15.º Plano Quinquenal propõe “promover em profundidade a construção de uma China digital, e elevar o nível de desenvolvimento digital e inteligente”. A literacia digital dos jovens de Macau deve ser reforçada. O Governo deve incluir a formação em competências digitais no núcleo da profissionalização e formação em exercício, apoiar os jovens na obtenção de certificações reconhecidas a nível nacional e internacional, e promover a integração entre a literacia digital e as competências profissionais, para os jovens locais adquirirem as competências multidisciplinares exigidas pelos sectores.

4. O Governo deve reforçar a fiscalização laboral, combater severamente o trabalho ilegal, intensificar as inspecções nos sectores com alta frequência desse problema, reforçar a divulgação sobre a linha aberta para denúncia de trabalho ilegal, e criar plataformas *online* para esse efeito, facilitando a fiscalização por parte dos cidadãos e incentivando a respectiva participação.